

Hipocrisia e prostituição

Pedro Amaral*

* Escritor, membro do colégio editorial de C&p, doutorando em Letras (PUC-RJ).

Agosto de 2005: Jornais e TV anunciam que oito cidadãos estadunidenses e duas brasileiras foram presos numa casa no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro, onde realizavam uma produção pornográfica com uma porção de nativas. Notícia semelhante, publicada meses antes, dava conta de que: um pequeno grupo de estrangeiros e brasileiros fôra igualmente enquadrado pela lei, por manter num quitinete em Copacabana uma espécie de *peep-show* virtual. Moças do bairro haviam sido contratadas para fazer *strip-tease* diante de câmeras digitais, para clientes internautas. Um acordo entre patrões e funcionárias determinara, inclusive, que seria bloqueado o acesso ao serviço através de provedores de acesso tupiniquins, exigência das moças para reduzir sua exposição. E, não muito antes, o jornal *O Globo* empreendia uma jornada cívica contra o turismo sexual que teve como alvo declarado os ‘rufiões’ da orla de Copacabana — causando, claro, grandes transtornos e algumas prisões, sob os esperáveis aplausos de boa parte do público leitor, a chamada “classe-média carioca”. Essas, e outras manifestações similares de súbito e inclemente humanismo têm em comum, antes de mais, o fato de transformarem alguns indivíduos em criminosos, sob a acusação de incentivarem ou explorarem a prostituição. Com efeito, a exploração da prostituição é crime no Brasil, definido no artigo 229 do Código Penal. O legislador nacional -refletindo, naturalmente, malícias

contumazes de seu estrato social- criou uma formidável combinação de liberdade e interdição ao determinar que o exercício da prostituição não é crime, mas a sua exploração, sim. Ou seja, transformou, ou teria transformado, se a pitoresca lei fosse efetivamente respeitada, uma atividade econômica em algo praticamente inviável nos termos da lei. Como se dissesse: ‘é permitido exercer a atividade de professor, mas não é permitido dirigir instituição de ensino’.

Devemos sem dúvidas concordar com a premissa de que as profissionais do entretenimento adulto são exploradas, mas nesse caso é indispensável explicar de que forma a exploração é exercida, e onde ela se origina. Vale lembrar que em nenhuma das reportagens citadas houve menção a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça que obrigasse as vítimas à prática de atividade sexual remunerada. O que leva, então, essas mulheres a se submeter a essa humilhação? A resposta se funda, evidentemente, num conceito muito familiar a todos nós, qual seja, o de racionalidade econômica. Afinal, a prostituição atrai porque paga bem, ou pelo menos relativamente bem, em comparação às outras alternativas ao alcance do imenso contingente de mulheres e homens brasileiros sem grande valor aos olhos do ‘mercado’. Tanto mais se os clientes forem estrangeiros com dólares. Ou euros. Ou libras! Como disse uma ex-participante do *Big Brother Brasil*, sem saber que resumia singelamente o espírito de um tempo: “Pagando bem, que mal tem?”

É a mesma racionalidade que tem levado um número crescente de conterrâneos nossos –noticiam-no os mesmos veículos de comunicação- a tentar a loucura de um ingresso clandestino nos EUA, pela mão de famintos *coiotes*. É perigoso? É caro? São mínimas as chances de sucesso? Tudo isso é certo, mas o que importa é que é possível, além do mais as alternativas não são nenhuma maravilha, e (por isso mesmo) o que se está chamando de ‘sucesso’ não precisa ser necessariamente grande coisa.

Gabriela Silva Leite, coordenadora da Rede Brasileira de Profissionais do Sexo – e cuja autoridade no assunto não pode ser menosprezada-, costuma afirmar que de um modo geral, nas grandes cidades brasileiras, as prostitutas não são nem mais nem menos exploradas que os demais trabalhadores. O patrão ganha, claro,

com a mais-valia, como ocorre em qualquer *boutique* ou botequim. Mas o sistema econômico que se baseia no lucro obtido através da super-exploração da força de trabalho é sempre objeto de adoração devota, nos mesmos veículos que pedem, diligentes, a cabeça dos rufiões...

Seria portanto lógico supor que, se o que incita a nossa classe-média-zona-sul-asfalto (e os seus legiferadores e editores) a enquadrar os exploradores das moças de Copacabana (e de São Conrado etc.) consiste, digamos, num engajamento sincero na causa da dignidade humana, uma luta sem quartel pela construção, desde já, de uma sociedade mais justa e solidária, então essa mobilização cívica não deverá parar por aí: pelo contrário, estender-se-á a uma tal gama de atividades e despertará uma quantidade tal de paixões adormecidas, que acabará por virar a cidade e logo o país de cabeça para baixo, fazendo-o irreconhecível. Mas a evidente incongruência de um tal desdobramento, a sua implausibilidade, exigem que abandonemos essa primeira hipótese, por pouco consistente. Não é a dignidade de pessoa alguma que está em causa, nem é a transformação social de país nenhum.

Se a moral sul-asfaltense acolhe a exploração no atacado (embora possa condená-la no varejo), será então que as sucessivas investidas repressoras são movidas por um firme repúdio à transformação do sexo em mercadoria? Essa hipótese é ainda mais fraca, pois é evidente que no quadro de valores vigente nada é mais natural e corriqueiro que vender e consumir sexo. A indústria mundial de pornografia dificilmente movimentaria os bilhões que movimenta anualmente se dependesse de um tímido contingente de *outsiders*. Não é esse o caso. Ligamos a TV e vemos uma deliciosa gota reluzente escorrer pelo dorso dourado de uma morena escultural, vestida num biquini quase imperceptível: querem nos vender cerveja. Abrimos jornal e vemos na primeira página uma jovem se esbaldando num camarote de escola de samba, vestida numa microssaia, oferecendo aos fotógrafos um ângulo privilegiado de sua intimidade. O diário informa que a moça é uma atriz que desfruta de grande popularidade devido às cenas tórridas de amor que tem vivido numa telenovela – por isso mesmo sucesso de audiên-

Notas&Comentários

Pedro Amaral

cia. O caderno de classificados nos oferta uma miríade de anúncios de agências que oferecem moças e rapazes (massagistas, acompanhantes etc.) para atendimento exclusivo. Isso, curiosamente, no mesmo veículo que empunha a bandeira do combate à exploração da prostituição!

O que, então, orienta a nossa “classe-média” sul-asfáltica, os nossos defensores da Lei e da Ordem, nesse combate tão parcial e seletivo ao sexo pago, valendo-se de argumentos que não se sustentam em pé (“A prostituição não é crime, mas o incentivo é”, repete um delegado de polícia em momento de celebridade, julgando preferir algo perfeitamente sensato e coerente)? Seria um afã de controle do mercado? Seria o tradicional desprezo pelos esforços dos mais pobres em busca de melhorias econômicas?

Qualquer que seja a resposta, fato é que a prostituição continuará a se desenvolver de modo sistêmico no Brasil, devido a uma combinação de fatores, mas fundamentalmente porque, no atual estado de coisas, essa profissão tem se revelado uma alternativa para cada vez mais mulheres e homens. Se estamos gerando, como de fato estamos, além de hordas de imigrantes, um número crescente de prostitutas e prostitutos, o mínimo que deveríamos ter a decência de fazer é não complicar-lhes a vida com diligências inúteis e hipócritas, que servem apenas para aprofundar sua marginalização. Melhor ainda, claro, seria a Lei e a Ordem, em vez de perder tempo enxugando gelo, tratarem de regulamentar essa atividade econômica, preservando os direitos desses trabalhadores, de modo a impedir que sejam vítimas de abusos – e inclusive impedir, é claro, que crianças ingressem no ramo (tarefa urgente, para cujo cumprimento a contribuição dos profissionais do sexo poderia ser decisiva). Há, no entanto, uma opção ainda mais interessante e racional, que é buscar transformar o Brasil num país onde as pessoas não precisem se prostituir. Quem se habilita? ■